



apem

associação portuguesa de educação musical

Instituição de Utilidade Pública - representante em Portugal da ISME International Society of Music Education

Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

RELATÓRIO

2010/2011



apem

associação portuguesa de educação musical

Instituição de Utilidade Pública - representante em Portugal da ISME International Society of Music Education

- **Introdução**
- **Novo Modelo de Acompanhamento e Monitorização**
- **Instrumentos e procedimentos metodológicos**

Visitas de Acompanhamento/ Observações de AEC-Ensino da Música

- **Formação de professores**
- **Considerações finais**



Introdução

Este relatório enquadra-se no âmbito do Protocolo de Cooperação Institucional estabelecido entre o ME/DGIDC e a APEM e resulta, à semelhança do anos anteriores, das visitas de acompanhamento realizadas durante o ano lectivo de 2010/2011, de acordo com o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico (AEC) em conformidade com o Despacho 14460/2008 de 26 de Maio.

A decisão da Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP) de alteração do modelo de acompanhamento do Programa em Maio de 2010, veio trazer um conjunto de melhoramentos e outros constrangimentos que serão objecto de reflexão neste relatório.

As informações para este relatório foram recolhidas quer pelas representantes da APEM na CAP quer através dos relatórios enviados pelos peritos da APEM no seguimento das visitas de acompanhamento.

A APEM continua a considerar a importância de um programa de acompanhamento centrado numa metodologia de supervisão pedagógica que permita a construção de uma visão local e simultaneamente global necessária para a fundamentação da avaliação de determinadas situações tanto pedagógicas como organizativas e do reconhecimento por parte das escolas e dos professores do papel formativo desta monitorização.

Também durante o ano lectivo a que se refere este relatório, foi criada uma nova aplicação na área da DGIDC para a comunicação entre a DGIDC e os membros da CAP que, tendo sido apresentada como uma área interactiva, não permitiu, no entanto, estabelecer qualquer interactividade, sendo apenas um sítio de alocação de documentos. Lamentamos ainda o facto de no processo de reorganização do modelo de acompanhamento e monitorização ter havido um lapso de tempo muito grande entre as propostas feitas pelos membros da CAP e o início do programa (de Maio de 2010 a Fevereiro de 2011 com apenas uma reunião da CAP em Dezembro de 2010). Com este início tardio do programa, o segundo momento das visitas acabou por ser muito perto do primeiro momento, o que



não criou distanciamento suficiente para a aplicação das eventuais recomendações e observação de resultados mais objectivos.

Novo Modelo de Acompanhamento e Monitorização

Após a apresentação dos diversos contributos e propostas de alteração ao modelo de acompanhamento das AEC pelos membros da CAP, a APEM congratulou-se com o facto das propostas por si apresentadas terem sido, na sua maioria, tidas em conta, nomeadamente as seguintes:

- organização de um novo ciclo de acompanhamento e avaliação das AEC que acentue a dimensão formativa do processo, não se focando tanto na extensão do acompanhamento mas sim na sua eficácia em termos, quer da melhoria ao nível da organização, quer de melhoria ao nível da qualidade das práticas pedagógicas;
- organização do programa de acompanhamento centrado na lógica de Agrupamento e não apenas de uma turma do Agrupamento;
- manutenção da observação de aulas das diferentes AEC;
- criação de condições para mais uma observação da AEC para cada perito na mesma visita;
- envolvimento do PTT na observação das AEC de cada visita conjuntamente com o perito e membro da EAE;
- continuação da aplicação de questionários e registo da observação de materiais didácticos, planificações e sumários e apreciação de observadores com algumas alterações;
- manutenção da realização da mesa redonda.

Neste novo ciclo de acompanhamento passou a estar escrito em todos os documentos da CAP a designação de técnico para os professores da AEC. A APEM considerou e manifestou a sua discordância relativamente ao uso desta designação apesar de saber que em termos de contratação a designação formal seja de técnico, as funções que são exigidas nos termos do Despacho n.º 14460/2008 de 26 de Maio e que são monitorizadas no âmbito do Programa de acompanhamento são de professor, pelo que todos os documentos de acompanhamento e monitorização deveriam ter a designação da função sob



pena de se contribuir para a desvalorização do trabalho que estes profissionais têm vindo desenvolver e da sua integração nas estruturas das escolas/ Agrupamento.

Foram feitas alterações aos diversos instrumentos de recolha de informação das visitas com o objectivo de os tornar mais operacionais e objectivos. Foi também alargado o âmbito da recolha de informação aos Directores de Agrupamento, Encarregados de Educação e alunos. A recolha e tratamento desta informação pode contribuir para a melhoria do Programa se for objecto de análise e reflexão.

Instrumentos e Procedimentos metodológicos

A observação de aulas, a aplicação do questionário ao professor da AEC e a mesa redonda continuam a ser a estrutura metodológica deste acompanhamento, organizado em dois momentos, sendo que no 2º momento prescindiu-se da mesa redonda, excepto em casos considerados necessários e devidamente justificados.

Foi considerado que a realização das segundas visitas poderia incluir a observação do mesmo professor ou um outro diferente, dependendo esta da avaliação feita na 1ª visita. Esta metodologia proporcionou um alargamento do número de professores observados assim como de turmas.

Nem todas as DRE tiveram os mesmos critérios para a organização das 2ªs visitas considerando a APEM que na área da DRELVT se poderia ter rentabilizado melhor este 2º momento se não tivesse havido a repetição, nalguns casos desnecessária, das mesmas visitas. A DRELVT optou por repetir todas as visitas sendo que a pedido da APEM houve, no entanto, a observação da AEC de Ensino da Música de outros professores dentro do mesmo Agrupamento. Na área da DREA, dado não haver necessidade de observação dos mesmos professores no 2º momento e não havendo no mesmo Agrupamento outros professores, o número de visitas diminuiu significativamente.



Visitas de Acompanhamento/ Observações de AEC-Ensino da Música

1. Os números das visitas de acompanhamento no ano lectivo 2010/2011

	Nº de Agrup. propostos		Nº de Agrup. com oferta de Ensino da Música		Nº de Agrup. visitados pela APEM		Nº de turmas observadas pela APEM		Nº de professores observados pela APEM	
	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas
DREN	18	18	17	17	17	17	34	32	27	31
DREC	11	11	8	8	8	7	15	14	15	14
DRELV	17	17	12*	8	9	8	18**	11	13	11
DREA	5	5	4	4	4	1***	8	2	7	2
DREALG	4	4	3	3	0****	0	0	0	0	0

*Só 9 Agrupamentos tinham de facto Ensino da Música tendo a alteração sido feita pela DRELV

**Só 10 turmas tinham Ensino da Música tendo as restantes sido substituídas por OA

*** Só foi visitado 1 Agrupamento por ter sido considerado desnecessário repetir as observações e além não haver outros professores a visitar.

**** Não foram feitas visitas na DREALG pela APEM por não ter sido possível pela DREALG alterar os dias das observações e os peritos da APEM não estarem disponíveis. A DREALG informou a APEM que tinha um técnico da DREALG na área da Música.

2. Os números de Peritos da APEM no ano lectivo 2010/2011

	Nº de Peritos da APEM
DREN	12
DREC	6+(1)*
DRELV	4
DREA	3+(1)**
DREALG	0
total	25

* perito contabilizado na DREN; ** perito contabilizado na DRELV

De acordo com o quadro (1) apresentado verificámos que este ano lectivo foram observadas um total de 134 turmas que corresponde a um aumento de 11,4% de observações em relação ao ano anterior (118 observações). Quanto ao número de peritos (25) referido no quadro seguinte (2), manteve-se o mesmo número em relação ao ano anterior.

Também durante este ano lectivo foram detectadas situações em que estava indicado como AEC o Ensino da Música e no próprio momento e local da visita os peritos foram informados que se tratava de outra actividade. Neste âmbito, ainda constatámos algumas faltas de comunicação e articulação



entre as Direcções Executivas, Entidades Parceiras e Coordenadores de Estabelecimento de 1º CEB assim como alguma desinformação sobre as próprias AEC.

Dadas as restrições financeiras para o pagamento das deslocações dos peritos e os critérios protocolados das mesmas, a APEM optou, contrariamente aos critérios dos anos anteriores, por não agendar visitas de acompanhamento cuja AEC era referida como Expressão Musical, Educação Musical, Expressão Artística e Musical ou Expressões, considerando apenas a AEC – Ensino da Música. Também a este propósito é de referir o procedimento mais adequado deste novo ciclo de acompanhamento que já previa a observação de “Outras Actividades” por membros das EAE com a aplicação de instrumentos próprios.

A observação de aulas seguida de uma pequena reflexão crítica e formativa com o professor de música considera-se um procedimento essencial para a compreensão do desenvolvimento do projecto de enriquecimento curricular e a sua articulação com o projecto curricular da turma e com o projecto educativo da escola. A presença, na maior parte das visitas, do PTT permitiu uma maior partilha e abrangência da reflexão uma vez que também na maior parte das visitas foi uma oportunidade para o PTT conhecer o trabalho do professor das AEC e as suas dinâmicas.

O constrangimento maior neste âmbito foi o tempo, muitas vezes insuficiente para a reflexão e a aplicação do questionário. Nas segundas visitas, dado que não houve mesa redonda foi mais fácil gerir o tempo.

Os questionários, apesar de reformulados e melhorados ainda não são o instrumento ideal para a recolha da informação pertinente, uma vez que o vocabulário nele contido não é acessível a muitos professores das AEC pelo que é necessário descodificar diversos termos de forma a ser inteligível para todos os professores, perdendo-se aí também muito tempo. A título de exemplo, este aspecto é muito notório nas designações dos instrumentos de autonomia da escola, nomeadamente o PEE, o PCA, PAA, o PCT, onde é evidente que muitos professores observados a quem se aplicou o questionário não os conhece mas vai referindo que sim, muitas vezes confundindo com planificações ou orientações que a Entidade Parceira disponibilizou.

O levantamento de dados e a análise exaustiva das apreciações das observações de aulas vão constar no relatório de execução física da DGIDC, pelo que neste relatório apenas vamos realçar os aspectos directamente relacionados com o ensino da música.



No entanto, referimos que das 130 observações realizadas pelos peritos da APEM foi bem visível um aumento da qualidade global da AEC-Ensino da Música relativamente aos anos anteriores, como consta no quadro seguinte.

Classificação das AEC-EM observadas	Nº de Obs.	%	% positivas e negativas (10/11) Nº observ. 130=100%	% positivas e negativas (09/10) Nº observ. 114=100%	% positivas e negativas (08/09) Nº observ. 133=100%	% positivas e negativas (07/08) Nº observ. 54=100%	% positivas e negativas (06/07) Nº observ. 47=100%
Excelente	17	13,1%	87,7%	79%	76%	61%	80,8%
Muito Bom	36	27,7%					
Bom	30	23,1%					
Razoável	31	23,8%					
Fraco	11	8,5%	12,3%	21%	24%	39%	19,2%
Muito Fraco	5	3,8%					
Total/obs	130	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Da análise dos questionários relativamente às habilitações dos professores das AEC- Ensino da Música verificou-se que a maioria dos observados têm as habilitações de acordo com o exigido no Despacho n.º14460/2008 de 26 de Maio. Foi também visível que os currículos relevantes, tal como exigido, tiveram autorização da CAP:

- 37,4% das aulas observadas foram da responsabilidade de professores com habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário;
- 21,1% das aulas observadas foram da responsabilidade dos professores com um curso profissional da área da música com equivalência ao 12º ano, bem como detentores do 8º grau do curso complementar de música;
- 34,1%, foram da responsabilidade de profissionais com currículo relevante;
- 7,3% tinham licenciatura em ensino básico, mas sem mais informação de outros elementos para a relevância do currículo.



Em conclusão, 58,1% das aulas observadas foram leccionadas por professores com maior nível de habilitações musicais o que pode ser o indicador mais expressivo para o aumento global da qualidade das apreciações das aulas observadas.

Decorrente deste acompanhamento, a APEM considera relevante realçar os aspectos que se consideraram positivos e menos positivos.

Aspectos positivos:

- motivação dos alunos para a aprendizagem;
- relação pedagógica favorável à aprendizagem;
- maior tempo de actividades musicais na aula;
- mais diversidade de actividades musicais;
- maior preocupação com o carácter lúdico da actividade;
- maior adequação das actividades à faixa etária das crianças;
- evidências de alguma articulação com o PTT;
- evidência das AEC como programa assumido e integrado na vida da escola e agrupamento;
- preocupação em melhorar as práticas quer organizativas quer pedagógicas das AEC;

Aspectos menos positivos:

- pouca prática vocal;
- pouca prática instrumental;
- ausência ou muito poucas actividades de improvisação musical;
- audição musical realizada com pouca qualidade sonora;
- pouco tempo de realização musical;
- ausência ou pouca consistência de planificação da AEC- EM;
- ausência de metodologia de ensino e de formação pedagógica;
- pouco conhecimento efectivo das orientações programáticas para o ensino da música;
- falta de material musical para o ensino da música;



- falta de recursos áudio com qualidade aceitável, nomeadamente leitor de CD;
- poucos ou ausência de recursos pedagógicos, como por exemplo, instrumentos musicais;
- pouco cuidado com a organização e gestão do espaço por forma a adequá-lo às actividades;
- ainda poucas evidências de articulação com a Educação Musical do 2º ciclo do ensino básico.

Relativamente às mesas redondas foram levantados aspectos relacionados ainda com a organização das AEC nomeadamente:

- flexibilização dos horários das AEC;
- efectividade da supervisão pedagógica das AEC;
- articulação pedagógica das actividades quer com o PTT quer com os professores dos 2º ciclo do ensino básico;
- falta de material pedagógico e recursos na sala de aula;
- processos ainda pouco claros de recrutamento dos professores das AEC tanto por entidades parceiras como por entidades promotoras;
- falta de professores de música com habilitações adequadas que levou a alterar a AEC – Ensino da Música para Expressão Musical ou Expressões de acordo com as habilitações do técnico de ensino disponível.

Apesar de nas Mesas Redondas poder-se constatar de uma forma geral, a integração das AEC nos projectos educativos dos Agrupamentos e uma grande motivação dos responsáveis na melhoria permanente deste programa, ainda se encontram factores burocráticos que impedem o normal funcionamento destas actividades. Um desses factores é ainda a dificuldade de contratação atempada de professores que impede uma organização do ano lectivo e uma planificação articulada tanto com o PTT como com os departamentos do 2º CEB.



apem

associação portuguesa de educação musical

Instituição de Utilidade Pública - representante em Portugal da ISME International Society of Music Education

Formação de Professores

Verificou-se este ano lectivo um desinvestimento na formação de professores da parte da tutela. Se é um facto que ao longo das três edições da formação *on line* houve menos candidatos a esta formação tornando-a, por esse facto, muito dispendiosa, a ausência de oferta de formação para professores das AEC – Ensino da Música corresponde a um efectivo contributo para a redução da qualidade desta AEC. A procura de modalidades de formação mais criativas e mais próximas dos professores e que responda às suas verdadeiras necessidades de formação deverá ser o objectivo estratégico dos diversos responsáveis pela qualidade deste programa.

Neste sentido, a APEM integrou no seu plano de formação um conjunto de acções de formação em diversos pontos do país que se centraram em questões da didáctica da música, nomeadamente ao nível do uso da voz e da direcção coral e na didáctica do instrumental Orff.

Para além de uma formação de professores presencial e descentralizada esta deverá também incluir a criação e disponibilização, em grande escala, de diversos materiais pedagógicos para o professor que o apoiem eficazmente na sua prática. A organização de parcerias e protocolos de colaboração para este fim, entre instituições de formação de professores, associações profissionais, autarquias e ministério de educação poderão contribuir para a viabilização de um projecto alargado de formação de professores, mais adequado às realidades locais e mais próximo das necessidades concretas dos professores.

Considerações finais

Findo o quinto ano de acompanhamento do programa da AEC Ensino da Música pela APEM, continuou a verificar-se melhorias progressivas na organização e desenvolvimento desta actividade e evidências de uma maior atenção e sensibilidade para a resolução dos diversos aspectos relacionados com as AEC.

No entanto, mantêm-se ainda um conjunto de constrangimentos, já devidamente identificados, mas cuja resolução nos parece ainda mais difícil e preocupante dada a conjuntura sócio económica actual que poderá vir a agravar as condições de funcionamento das AEC nas escolas.



Os principais constrangimentos ainda verificados situam-se em dois eixos:

- na flexibilização de horários das AEC, e
- na formação de professores.

A flexibilização dos horários das AEC deixaria de ser um problema se se assumissem estas actividades como parte do currículo para todas as crianças, mesmo que dinamizadas por professores especialistas que poderiam ser igualmente enquadrados profissionalmente pelas autarquias, entidades promotoras e entidades parceiras. Neste princípio a formação inicial e contínua dos professores das AEC passaria assim a ser obrigatória e condição absoluta para a contratação e renovação do respectivo contrato. A integração das AEC no tempo curricular reduziria o número de professores necessário e, consequentemente, uma menor contratação de professores. A autonomia das escolas seria aqui também um elemento fundamental para agilização de processos de contratação e organização de todo o programa.

Não podemos deixar aqui de referir a importância da criação de uma Comissão Técnica *Ad hoc*-AEC resultante de uma parceria do Instituto Português da Qualidade e da DGIDC com o objectivo da implementação de um referencial para Certificação das Entidades Promotoras e Parceiras.

Lisboa, 19 de Setembro de 2011

A Direcção da APEM